

À CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CNR/CERH

Ref.: Relato de Vista referente ao recurso administrativo interposto em face do não conhecimento de Pedido de Reconsideração em processo de outorga nº 04961/2018, da Paraopeba Participações Ltda./Fazenda HZ-02.

1. Histórico do Processo

O processo foi pautado em 18/02/2022 na 6ª reunião da CNR do CERH, na qual houve pedido de vista pelos conselheiros representantes da FIEMG, FAEMG, IBRAM, SIAMIG e CREA-MG, que subscrevem em conjunto o presente parecer de vista.

O não conhecimento do Pedido de Reconsideração se deu unicamente em razão da não apresentação do contrato social da empresa no momento da interposição do Pedido de Reconsideração, sendo invocada a aplicação do artigo 36, VIII, do Decreto Estadual nº 47705/2019.

Vale destacar que não foi oportunizada emenda ao Pedido de Reconsideração. No ato da interposição do Recurso Administrativo ora em análise, o apontado vício foi sanado, com a apresentação dos atos constitutivos da empresa.

Em suma, a outorga requerida tem por finalidade permitir a irrigação de culturas anuais na Fazenda HZ – 02, localizada no município de Curvelo/MG. No caso, a irrigação é imprescindível para o cultivo e produção de grãos, que serão voltados para a alimentação de mais de 700 (setecentos) animais bovinos, criados na própria propriedade. Além disso, a Fazenda gera mais de 10 (dez) empregos diretos, apenas relacionados a cultura e manejo do gado, que estão estritamente ligados ao pedido de outorga para pivô ora em análise.

O pedido de outorga foi formalizado em 20/06/2018, instruído com a documentação pertinente. Em 20/10/2020, foi apresentado parecer técnico, requerendo apenas a apresentação complementar do Projeto de Irrigação, contendo a planilha para determinação das necessidades mensais de água para irrigação. O referido projeto e todas as informações

suplementares foram devidamente apresentadas pela empresa, por meio do Pedido de Reconsideração.

Contudo, o Pedido de Reconsideração sequer chegou a ser analisado, por uma simples questão formal, atinente a não apresentação do contrato social da empresa.

Portanto, ao longo de mais de 03 (três) anos em que o processo permaneceu em análise no IGAM, a Parte Técnica e relacionada ao mérito do Pedido de Outorga foi amplamente analisada. Por parte da empresa, a única exigência do Órgão Ambiental foi a apresentação do projeto de irrigação, o que foi prontamente atendido, por meio do Pedido de Reconsideração.

Posto isso, o óbice ao deferimento do pedido de outorga é unicamente formal (não apresentação do contrato social no momento da interposição do Pedido de Reconsideração), o que foi sanado, na primeira oportunidade concedida à empresa, quando da interposição do Recurso Administrativo.

2. Discussão

Com efeito, o pedido de reconsideração não foi apreciado em razão de não ter sido apresentado o contrato social da empresa, conforme interpretação literal do Artigo 37 do Decreto Estadual 47.705/2019, transcrito abaixo:

“Art. 37 – **O pedido de reconsideração não será conhecido** quando interposto por pessoa não legitimada, quando for intempestivo ou **quando não forem atendidos os requisitos previstos no art. 36.** (grifo nosso)”

Porém, os princípios integrativos do direito existem exatamente para suprir situações em que a mera leitura gramatical da legislação é insuficiente para abarcar o caso concreto. Ora, a razão de não se conhecer do pedido de reconsideração por falta de documento é exatamente impedir que sejam gastas horas técnicas de servidores públicos com um processo que não tem perspectivas de prosperar. Contudo, não é o caso! O processo já foi analisado, foram empenhadas horas técnicas de servidores e está pronto para a decisão.

Neste caso, não é razoável que o processo seja descartado pelo mero esquecimento de se juntar documento ao pedido de reconsideração, ausência de documento público e cujo conteúdo referenda exatamente o que consta do processo. Não é razoável que por mera ausência de documento seja encerrado o funcionamento da fazenda, vendidas as matrizes do gado, desempregadas as pessoas. Essa lógica meramente gramatical fere princípio de proporcionalidade, princípio de razoável duração do processo, princípio da economicidade e da eficiência administrativa, dentre outros.

Esses princípios integradores orientam o aplicador da norma, no sentido de que esta solução que é muito simples do ponto de vista normativo, é inadequada do ponto de vista do mundo real, da realidade vivenciada fora da estrutura burocrática do Estado. Informam que não podemos nos contentar com a primeira solução, mas devemos buscar uma solução mais condizente com a realidade, e com os próprios princípios constitucionais.

Veja-se por exemplo, o anexo ofício NAI/DCP/SUPRAM ASF Nº 922/2020, pelo qual idêntico problema teve diversa solução por parte da SUPRAM Alto São Francisco mediante simples intimação ao requerente para emendar a defesa administrativa naquele caso, mediante juntada do contrato social.

Neste contexto, o problema que se coloca é como interpretar o decreto 47705/2019 de maneira condizente com a realidade fática, de forma alinhada com os princípios constitucionais integradores elencados, de modo a economizar recursos aos cofres estaduais, e evitar prejuízos à economia em geral e à sociedade.

Neste sentido, evitando discussão de possível ofensa ao texto gramatical do artigo 37, o que se apresenta aqui é um recurso que efetivamente complementa e integra o processo com o contrato social da empresa. Também, os presentes conselheiros juntam a este relato de vista o contrato social da empresa para que também por esta via integre o processo.

Constata-se da mera leitura do contrato assinado, cotejado com o pedido de reconsideração feito, que a representação constante do pedido é correta.

Neste sentido, é lícito a esta CNR conhecer do recurso, e no seu mérito conhecer do pedido de reconsideração.

3. Conclusão

Por tudo o que se apresenta anteriormente encaminha-se pelo **deferimento do recurso**, para conhecer do pedido de reconsideração, retornando-se o processo à URGa para o regular andamento do processo.

Belo Horizonte, 09 de março de 2022.

Denise Bernardes Couto

Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG

João Carlos de Melo

Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM

Ana Paula Bicalho de Mello

Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais – FAEMG

Jadir Silva Oliveira

Sindicato das Indústrias do Açúcar no Estado de Minas Gerais – SIAMIG

Rayssa Cordeiro Figueiredo

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA-MG